

DEMANDAS EDUCACIONAIS DOS JOVENS BRASILEIROS: ALGUNS INDICATIVOS DA 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Miguel **Farah Neto** – UNIRIO

Diogenes **Pinheiro** – UNIRIO

Luiz Carlos Gil **Esteves** – UNIRIO

1. Introdução

Em dezembro de 2011, foi realizada, em Brasília, a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude (CNPPJ), com o tema “Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos”. Organizado pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), o evento reuniu cerca de 2500 jovens e foi resultado de uma intensa jornada nacional de debates, que produziu 27 conferências estaduais, 66 conferências livres, uma Consulta Nacional aos Povos Tradicionais e uma etapa livre virtual, mobilizando cerca de 30000 jovens e 1500 organismos governamentais, não-governamentais, movimentos sociais, pesquisadores e diferentes atores sociais.

Ao final deste importante marco de mobilização e participação dos jovens brasileiros, foi aprovado o documento “Para Desenvolver o Brasil!”, síntese das demandas discutidas, cobrindo 5 eixos principais: (1) Direito ao Desenvolvimento Integral: educação, trabalho, cultura, comunicação; (2) Direito ao Território: cidade, campo, transporte, meio ambiente e comunidades tradicionais; (3) Direito à Experimentação e Qualidade de Vida: saúde, esporte, lazer e tempo livre; (4) Direito à Diversidade e à Vida Segura: segurança, valorização e respeito à diversidade e direitos humanos; (5) Direito à Participação e Fortalecimento Institucional.

O processo de realização da 2ª Conferência Nacional de Juventude teve, basicamente, dois momentos distintos: o primeiro correspondendo à fase preparatória, que antecedeu a Conferência Nacional, e o segundo ao período de realização da mesma.

O primeiro momento caracterizou-se pela análise dos relatórios produzidos com as contribuições (i) das 27 conferências estaduais (26 estados e Distrito Federal), que aconteceram entre os meses de outubro e novembro de 2011; (ii) das 66 conferências livres, que ocorreram durante todo o processo de mobilização da 2ª Conferência Nacional; (iii) da consulta aos povos tradicionais, que se deu nos dias 7 e 8 de

novembro de 2011; e, finalmente, (iv) da etapa livre virtual, que aconteceu entre os dias 19 e 20 de novembro, em diversos polos do país, com sinal aberto na internet para a participação em tempo real, denominada de “virada virtual”. Estas contribuições foram reunidas no texto-base que subsidiou as intervenções dos participantes.

O segundo momento correspondeu a uma pesquisa realizada durante a 2ª Conferência Nacional, que ouviu, por meio de *survey*, 1209 participantes, em sua maioria (82%), jovens delegados presentes à 2ª Conferência, buscando saber quem é e o que pensa este importante segmento da juventude organizada. O instrumento de coleta de dados foi um questionário, composto por 38 itens, respondido por representantes de diversos coletivos juvenis, dividido em cinco seções: (1) identificação; (2) conexões e participação; (3) sociedade brasileira; (4) sobre direitos e políticas públicas de juventude; (5) sobre a conferência. Este material serviu de base para a construção de um perfil dos jovens delegados e de um mapa de demandas da juventude brasileira organizada. Para fins de análise, as demandas foram divididas em três categorias: recorrentes (educação, cultura e trabalho), emergentes (diversidade, religião, ancestralidade) e específicas (exclusão extrema, encarceramento). O mapa resultante também permite a análise da incidência de demandas por região, por condição de juventude (urbana/rural) e pelo grau de articulação com políticas públicas, entre outras referências, proporcionando uma visão de como vem se constituindo recentemente, no Brasil, o campo das Políticas Públicas de Juventude, no sentido de discutir avanços e desafios colocados ao processo de autonomia e emancipação dos jovens como sujeitos políticos, em meio a um cenário complexo, composto por ações, projetos, programas e políticas públicas que disputam a juventude e atravessam o Estado e a Sociedade Civil.

Neste estudo, a análise centra-se, com toda ênfase, neste segundo momento, ou seja, nas informações levantadas, por meio da pesquisa antes referida, entre os delegados participantes da Conferência. Entretanto, tendo em conta tanto a enorme gama de dados disponíveis, os propósitos mais imediatos do evento em que ora nos inscrevemos, referenciados na área da educação, como ainda as limitações impostas pelo mesmo à apresentação de trabalhos desta natureza, alguns recortes se fizeram imperativos. Deste modo, procura-se aqui, de maneira focal, traçar um breve perfil desses jovens militantes, apresentando alguns indicadores sobre quem são tais sujeitos, como ainda suas percepções a propósito da escola e de processos educacionais a eles afetos, tendo por

base as opiniões por eles próprios expressas quando chamados, ou melhor, **quando se fizeram chamar** para, uma vez mais, assumir a centralidade de seus destinos.

Espera-se, com isso, oferecer indicadores capazes de avançar no conhecimento acerca de jovens que, por suas ações e militância, e na condição de lideranças juvenis, contradizem o senso comum, que acusa as juventudes contemporâneas de apáticas e não participativas, demonstrando, ao invés, que estas são plenamente capazes de expressar seus anseios, visões e expectativas acerca de processos - sobretudo os de cunho educacional - em que são, da primeira à última instância, os principais sujeitos de interesse. Processos estes, portanto, dos quais nunca deveriam ter sido alijadas pela persistente adultocracia ainda imperante na sociedade brasileira.

2. Juventude e militância política

Em um dos referências mais importantes no debate sobre participação política no Brasil no período de redemocratização, Sader (1988) apontava a força inovadora dos movimentos sociais de trabalhadores em São Paulo na construção de novos formatos organizativos que contribuíram para a renovação do movimento sindical e para o avanço do processo de redemocratização no país. A grande receptividade desta discussão trouxe consigo uma mudança paradigmática fundamental para as análises políticas do período, que foi a incorporação da diversidade como elemento constitutivo na compreensão dos sujeitos coletivos.

É nesse momento também que a influência da obra do historiador inglês E. P. Thompson ganha força no Brasil, a partir de sua revisão sobre a história da formação da classe operária inglesa, quando afirma que a diversidade sempre fez parte de conceitos-síntese, como classe social, e mostra que a unidade, se havia, consistia na experiência comum da exploração sofrida nos primórdios da Revolução Industrial, a despeito da imensa diversidade de sujeitos – artesãos, ex-agricultores, homens, mulheres e crianças – que compunham a classe operária, levando a flexibilizações no uso mecanicista do conceito marxista de classe social (THOMPSON, 1987).

Se, no debate sociológico mais geral, a diversidade ganhava relevo, isso não significava, porém, que recobrisse de imediato a compreensão de todos os temas que mobilizavam o país nos idos da década de 1980. O período comportou uma percepção ainda bastante

restrita de quem eram os jovens brasileiros, pois, quando se falava em juventude, havia a associação direta com o movimento estudantil, geralmente composto por jovens de classe média. Ser jovem era sinônimo de ser estudante e as políticas públicas de juventude concentravam-se em questões da educação, geralmente voltadas para aqueles que podiam estudar e com baixa percepção das exclusões produzidas pelo sistema educacional brasileiro.

A década de 1990 traz modificações profundas no cenário mundial, ao tempo em que se desenvolve, entre idas e vindas, o processo de consolidação da democracia no Brasil. No bojo da nova divisão internacional do trabalho, aprofunda-se o processo de globalização dos mercados, de desterritorialização dos processos produtivos e de flexibilização das relações de trabalho, gerando mudanças econômicas, tecnológicas e culturais que afetaram diretamente a juventude (NOVAES, 2006). No caso brasileiro, essas transformações mundiais se combinaram com problemas estruturais e conjunturais que impactaram diretamente os jovens. O inchaço das metrópoles, a pobreza das periferias e as mudanças no mercado internacional de drogas e de armas colocaram os jovens brasileiros no cenário político pelo pior caminho possível, levando à associação direta entre juventude e violência. De fato, os índices de mortalidade juvenil do período colocam o Brasil entre os países onde a vulnerabilidade de jovens alcança um dos piores níveis, a ponto de o termo genocídio se tornar usual para se falar da condição juvenil de jovens pobres das regiões metropolitanas brasileiras (ABRAMOVAY ET AL., 2002).

No entanto, a difusão da concepção do jovem como potencialmente violento propiciou também a construção de uma rede de proteção, baseada em políticas voltadas para o enfrentamento da vulnerabilidade – como projetos de prevenção ao uso de drogas, ao sexo sem proteção etc. – e ancorada no discurso do jovem como protagonista de sua própria história. Essa rede movimentalista reunia desde atores tradicionais no campo das políticas sociais, como as ONGs e as pastorais católicas, até novos personagens, como as fundações empresarias que acionavam a ideia de responsabilidade social do setor privado na solução dos problemas do país. A construção de um embrionário campo de políticas de juventude foi enriquecida com a proliferação de grupos juvenis baseados em novas formas de organização, sobretudo grupos culturais de periferia (*hip hop*, capoeira, *street dance* etc.), e favorecida com a incorporação desses sujeitos em experiências municipais que se utilizavam da metodologia de orçamento participativo. A conjunção

entre o discurso da vulnerabilidade, a existência de políticas públicas e a emergência de grupos juvenis na cena pública propiciou a aparição de um novo sujeito coletivo: o “jovem de projeto”, que, ao se movimentar da cultura para a política, passa a ser disputado por diferentes agentes do campo em busca de adesão e legitimação (NOVAES, 2006).

Nesse sentido, pode-se concordar com Margulis (1996), ao afirmar que a complexificação do conceito de juventude se dá quando deixa de ser vista apenas como estado físico, condição social ou etapa da vida e torna-se um signo, transformando-se, portanto, em mercadoria regida por critérios de compra e venda, ainda que simbólicos. Nesse contexto, os jovens se tornam uma mercadoria privilegiada no campo do desejo e, assim, as ações para a juventude passam a funcionar também como mecanismos políticos de distinção e legitimidade. Portanto, nos anos 1990, a despeito do sinal negativo com que a juventude entra na agenda política, os “jovens de projeto” tornam-se uma categoria visível, disputada e que recobre situações variadas sobre o que é ser jovem nas periferias brasileiras. Entre perdas e ganhos, avança-se em direção a uma maior diversidade em relação à compreensão da juventude brasileira, o que teria impacto no desenho das políticas sociais de juventude na década seguinte.

Nos anos 2000, a principal mudança ocorrida no cenário onde a juventude experimenta sua condição de sujeito social deve-se a esse acúmulo de processos sociais, políticos e culturais, que se afinam com um novo momento do Estado brasileiro, que assume fortemente o papel de indutor de políticas públicas de juventude, resultando na criação efetiva de um campo, ao mesmo tempo material e simbólico, de políticas públicas de juventude. A Lei 11.129, de 30 de junho de 2005, instituiu a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, além de criar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem. Inicialmente voltado ao atendimento de jovens na faixa de 18 a 24 anos, que, apesar de alfabetizados, não concluíram o Ensino Fundamental, o Programa foi concebido com a finalidade de promover a reinserção de uma grande parcela de jovens na escola e no mundo do trabalho, mediante a conclusão do Ensino Fundamental, a qualificação profissional e o desenvolvimento de experiências de participação cidadã. Em 2007, rebatizado como ProJovem Urbano, ampliou para até 29 anos a faixa etária de atendimento.

O exemplo do ProJovem Urbano serve para se discutir a relação entre participação, conquista de direitos e consolidação democrática, no âmbito das políticas de juventude. Isso porque, de um lado, a maior visibilidade política alcançada pelos jovens brasileiros nas duas últimas décadas foi o pré-requisito para consolidar a ideia de que a afirmação dos direitos deveria passar, necessariamente, pela construção de políticas públicas capazes de garantir escala frente ao peso da juventude brasileira - aproximadamente 49,7 milhões de pessoas, em sua maioria (84,9%) vivendo nos centros urbanos, muitas vezes em precárias condições de acesso a direitos básicos de cidadania, experimentando situações diversas de exclusão social (CASTRO; AQUINO & ANDRADE, 2009). De outro lado, ao se tornar mais visível e, portanto, alvo de políticas públicas, a juventude transforma-se em ponto de vista privilegiado para se observar os dilemas do Estado como um campo de forças, no qual agentes com diferentes filiações teóricas e político-partidárias se encontram na disputa por recursos escassos e em busca de legitimidade.

Assim, pensar os desafios para a participação juvenil no Brasil contemporâneo implica considerar a trajetória recente desses atores jovens em um cenário complexo. Como garantir a mobilização e a participação dos que ainda não estão mobilizados? Como expandir e institucionalizar espaços de debate público da juventude – conselhos, conferências e fóruns? Essas questões estão, frequentemente, nos horizontes de ação dos jovens militantes que foram objeto deste estudo e aparecem na expectativa que têm de que sua militância contribua para a construção de políticas públicas na lógica democrática, onde estado e sociedade civil compartilhem sua formulação e implementação.

Neste cenário, pode-se concordar com Castro e Abramovay (2009), quando as autoras, citando Hannah Arendt, em estudo realizado com jovens reunidos no evento que antecedeu àquele em foco neste trabalho, ou seja, a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, advertem que *os preconceitos contra política são tão velhos quanto a democracia de partidos, mas não conseguem nunca superar o desejo de liberdade que a política proporciona* (p. 34). Avançando mais na idéia, e ainda segundo as autoras, *novas são as motivações objetivas que inibem o processo de participação juvenil, porém, muitas são as adaptações e mutações, engendradas pelo jovem, que favorecem os processos de participação* (p. 39).

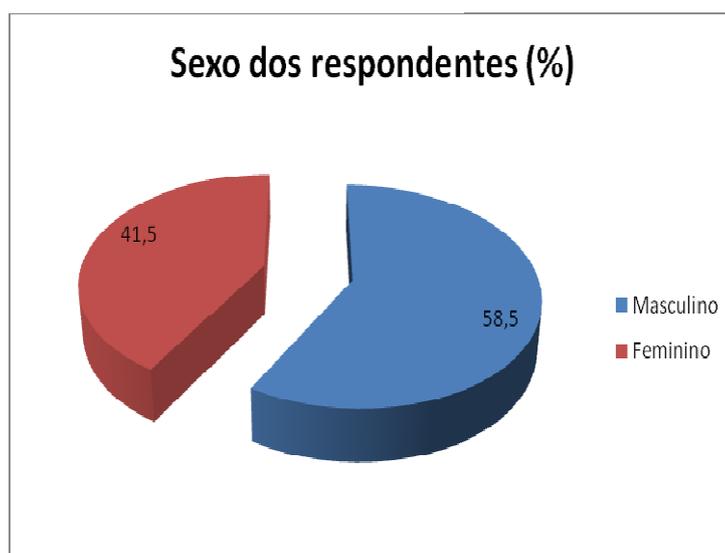
Em suas falas, colhidas no *survey* e na observação de sua participação ao longo da 2ª Conferência Nacional de Juventude, percebe-se a preocupação em se avançar para além da institucionalidade formal, pois está claro que a mera existência de espaços de participação não garante práticas, comportamentos e atitudes democráticas. Pensar em novas formas de exercício do poder significa estar atento também ao perigo de se reproduzir comportamentos clientelistas e autoritários.

Ao transpor essas preocupações do campo da juventude para analisar problemas do Brasil, os jovens ouvidos nesta pesquisa demonstraram que experimentam os mesmos dilemas políticos de outros atores contemporâneos, combinando posições avançadas e generosas com outras que demonstram o enraizamento de preconceitos dominantes em relação a temas a respeito dos quais, supostamente, imaginava-se que não reproduziriam posturas vigentes em outros extratos da sociedade.

3. Quem são e o que pensam os jovens organizados

São jovens do sexo masculino a maioria dos participantes do Congresso, correspondendo a 58,5% dos delegados, o que significa, conseqüentemente, uma representatividade de 41,5% de jovens do sexo feminino nessa categoria. Vale ressaltar que esta participação, em relação à feminina, apresenta o mesmo peso relativo, quando se analisa o total de respondentes da pesquisa: 59,1% x 40,9%, respectivamente.

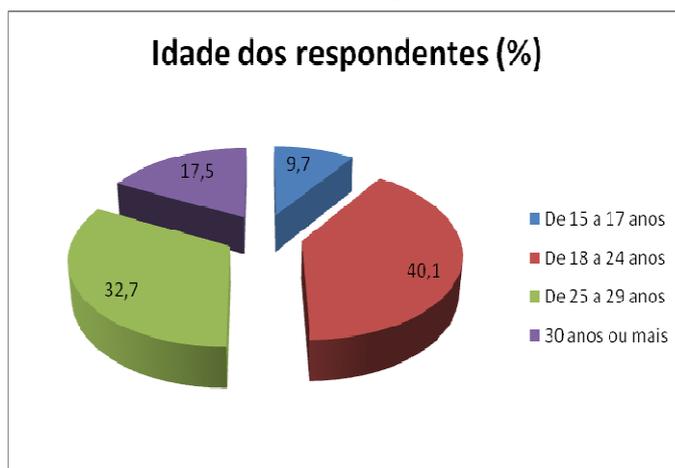
Gráfico 1



Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

No que tange à idade, a maioria tem entre 18 e 24 anos (40,1%). A segunda faixa etária com maior número de representantes é a de 25 a 29 anos, com 32,7%, seguida pela dos que possuem 30 anos ou mais (17,5%) e pela dos jovens de 15 a 17 anos, com 9,7%. Vale notar que, se considerados agregadamente, os jovens de 18 a 29 anos representam a absoluta maioria dos delegados, totalizando 72,8%. Estas tendências se mantêm quando considerado o total de 1209 respondentes do *survey*, sendo que, neste caso, a faixa etária agregada de 18 a 29 anos representa 70,5%.

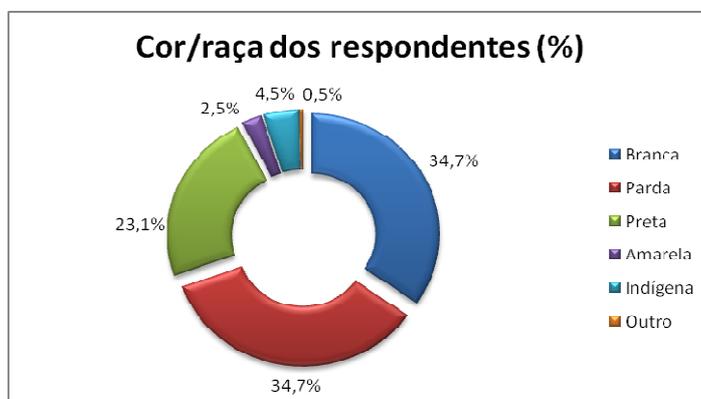
Gráfico 2



Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

Quanto à categorização por cor/raça, os números de delegados respondentes que se declararam brancos e pardos se equiparam, constituindo a maioria, tendo cada uma das denominações de cor/raça alcançado exatamente o mesmo percentual: 34,7%. Outros 23,1% dos delegados se declararam pretos, enquanto 4,5% indígenas e 2,5% amarelos. Entretanto, ao se agregar as categorias pretos e pardos, tem-se um valor de 57,8% de participação.

Gráfico 3



Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

É importante destacar a notável ampliação do número de participantes que se identificam como pardos, nesta 2ª Conferência Nacional, em relação à 1ª, ocorrida em 2008: naquela ocasião, apenas 11,3% dos jovens presentes se declararam pardos.

No que refere ao local de residência dos participantes, os dados dizem respeito à cidade e ao estado aos quais pertencem. Uma primeira observação evidencia a grande variedade de municípios representados na Conferência. Numa categorização entre capitais e demais municípios dos estados participantes, percebe-se que a esmagadora maioria dos jovens é de fora das capitais (78,0%), contra apenas 22,0% das capitais.

Estiveram presentes delegados das capitais de todas as unidades da Federação, o que significa que, no mínimo, um delegado de cada capital compareceu à Conferência, conforme se pode observar na tabela 1.

Tabela 1 - Total de delegados respondentes por capital

UF	Capital	N	UF	Capital	N
SE	Aracajú	2	AM	Manaus	7
PA	Belém	4	RN	Natal	1
MG	Belo Horizonte	3	TO	Palmas	2
RR	Boa Vista	8	RS	Porto Alegre	12
DF	Brasília	11	RO	Porto Velho	2
MS	Campo Grande	3	PE	Recife	9
MT	Cuiabá	2	AC	Rio Branco	5
PR	Curitiba	6	RJ	Rio de Janeiro	21
SC	Florianópolis	2	BA	Salvador	13
CE	Fortaleza	16	MA	São Luís	5
GO	Goiânia	6	SP	São Paulo	8
PB	João Pessoa	7	PI	Teresina	19
AP	Macapá	5	ES	Vitória	2
AL	Maceió	1	TOTAL GERAL		182

Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

Como se nota, a capital com maior número de delegados respondentes é o Rio de Janeiro (21), seguida por Teresina (19), Fortaleza (16), Salvador (13), Porto Alegre (12) e Brasília (11). Na outra ponta, as capitais com menor número de delegados respondentes foram Natal (1) e Maceió (1)¹. Além das capitais, foi possível identificar

¹ Leve-se em conta, no entanto, que os dados apresentados dão apenas uma dimensão da participação por capitais. Isto não significa que o número de delegados por capital se restrinja àqueles que responderam aos questionários - 883 dos 1400 apontados pelo Conselho Nacional de Juventude.

um total de 430 municípios representados, considerando-se apenas os delegados respondentes.

No que diz respeito à distribuição dos delegados respondentes por estados, a maior participação refere-se ao estado de São Paulo (89), seguido por Rio de Janeiro (66) e Bahia (61). Os estados com as menores participações são, respectivamente Amapá (10), Acre (08) e Tocantins (07)².

Tabela 2- Participação dos delegados por estado (%)

UF	N	UF	N	UF	N
São Paulo	89	Rio Grande do Sul	37	Espírito Santo	16
Rio de Janeiro	66	Paraná	34	Distrito Federal	15
Bahia	61	Santa Catarina	27	Amazonas	15
Pernambuco	57	Alagoas	21	Pará	15
Ceará	57	Goiás	20	Roraima	14
Maranhão	56	Mato Grosso	19	Rondônia	13
Minas gerais	48	Mato Grosso do Sul	18	Amapá	10
Paraíba	39	Rio Grande do Norte	16	Acre	8
Piauí	39	Sergipe	16	Tocantins	7
				Não respondidas	50
				Total	562

Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

Considerando os estados agrupados por suas regiões, o cenário também se modifica. O Nordeste tem a maior representação, com 42,0% dos delegados, seguido do Sudeste, com 27,0%, e do Sul, com 12,1%. As regiões Norte e Centro-Oeste apresentam os menores percentuais (10,1% e 8,9%, respectivamente).

Gráfico 4

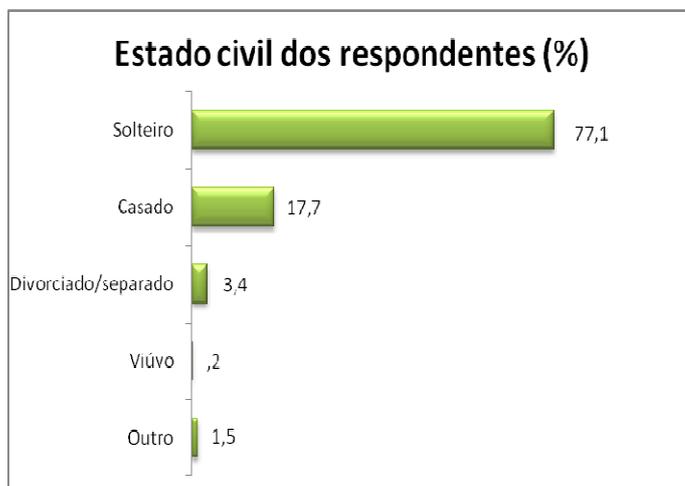


Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

² Da mesma forma que em relação às capitais, os dados se referem a respostas de 883 dos 1400 delegados apontados pelo Conselho Nacional de Juventude.

Em relação ao estado civil, a maioria dos delegados respondentes (77,1%) declarou ser solteira, seguida por 17,7% que declararam estar casados ou morando juntos.

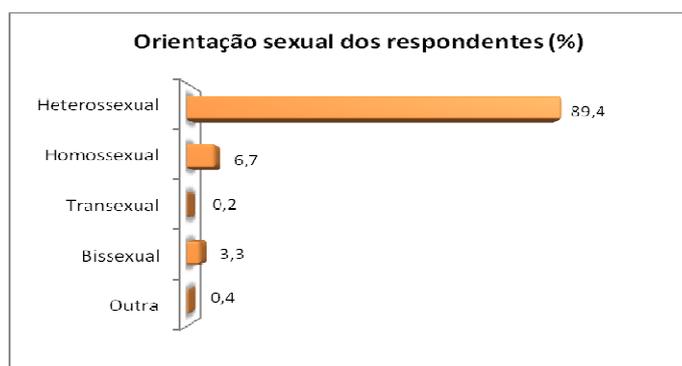
Gráfico 5



Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

Com respeito à orientação sexual, a maioria dos delegados (89,4%) declarou ser heterossexual, enquanto 6,7% se declararam homossexuais. Somente dois respondentes assinalaram a opção “transexual”, ao passo que, dentre os 33 (3,3%) que assinalaram a opção "outra", 29 se afirmaram "bissexuais". Por esta razão, considerou-se este grupo como uma categoria adicional, mantendo-se na opção “outra” os demais casos.

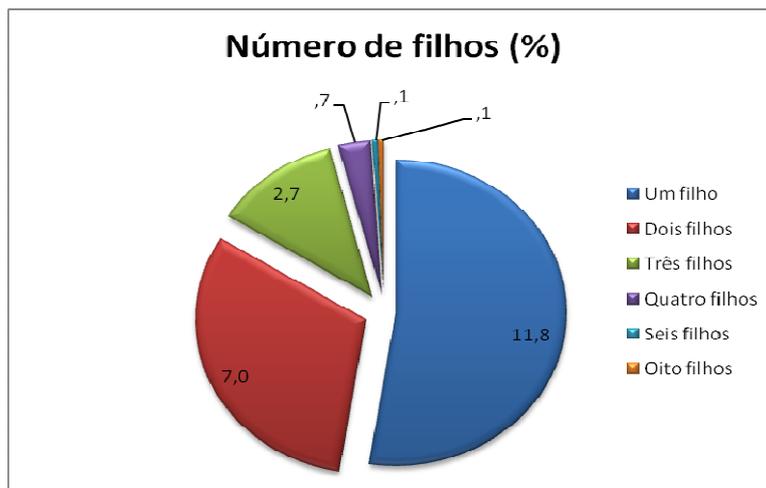
Gráfico 6



Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

A maior parte dos delegados (76,6%) não têm filhos, ao passo que 23,4% informaram já serem pais ou mães. Dentre os 206 que afirmaram ter filhos, oito não informaram quantos têm. Dos 198 restantes, a maioria (104 respondentes) informou ter apenas um filho. Estes representam 52,5% do total de delegados que responderam à pergunta.

Gráfico 7



Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

No que diz respeito à religião, maioria dos delegados (52,1%) declarou ser católica, seguida de 21,0% de evangélicos. Quando o respondente assinalava a opção “evangélico”, lhe era solicitado que especificasse a denominação. Sendo assim, foi identificada uma multiplicidade de casos, como batistas, luteranos, protestantes, assembleianos (como se denominam vários integrantes da igreja Assembleia de Deus), presbiterianos, entre outros. Para este relatório, no entanto, não foi efetuado o cômputo dos integrantes de cada uma destas vertentes. Os espíritas compõem 4,4% dos respondentes, ao passo que os umbandistas representam 3,1%. Dentre os delegados, há também uma parcela (14,7%) que declarou ter fé, mas não possuir religião.

Gráfico 8

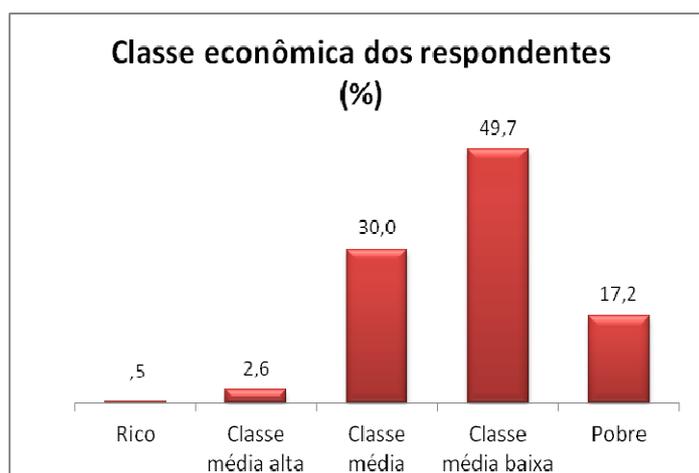


Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

Quanto ao perfil econômico, os delegados respondentes se enquadram, em sua maioria, na parcela da população de classe média baixa, totalizando 49,7% dos respondentes.

Além deles, 30,0% se declaram de classe média e 17,2% se denominam pobres. Estes percentuais permitem aferir uma maioria de 66,9% de pessoas que se consideram abaixo do nível econômico dito médio. Esta maioria se contrapõe ao total (mesmo se agregadas as categorias “classe média alta” e “ricos”) de 7,6% de respondentes que se consideram acima do nível da classe média.

Gráfico 9



Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

O nível de escolaridade é uma variável que diferencia os perfis de participantes. Entre os não-delegados, a metade possui, no máximo, o ensino médio completo (50,2%). Esta diferenciação refere-se, sobretudo, a uma queda nos percentuais de participantes com nível superior incompleto e também daqueles com pós-graduação *lato sensu*. Já os delegados, em sua maioria (28,1%), declarou ter, no mínimo, ensino superior incompleto, tendo também bastante expressividade o grupo de respondentes com ensino superior completo (20,8%). Se agregados os respondentes com o curso superior completo e aqueles que ainda frequentam ou já concluíram pós-graduações *lato e stricto sensu*, tem-se uma parcela expressiva, de 31,7% - ou seja, um terço dos delegados - com nível educacional superior concluído. Contudo, há que se referenciar os 27,2% que declaram possuir, no máximo, o ensino médio completo. Se considerados de forma agregada, os respondentes que se encontram na faixa máxima de ensino médio totalizam 40,2%. Ainda assim, constata-se que a maioria dos delegados, no mínimo, já frequenta a educação superior (59,8%).

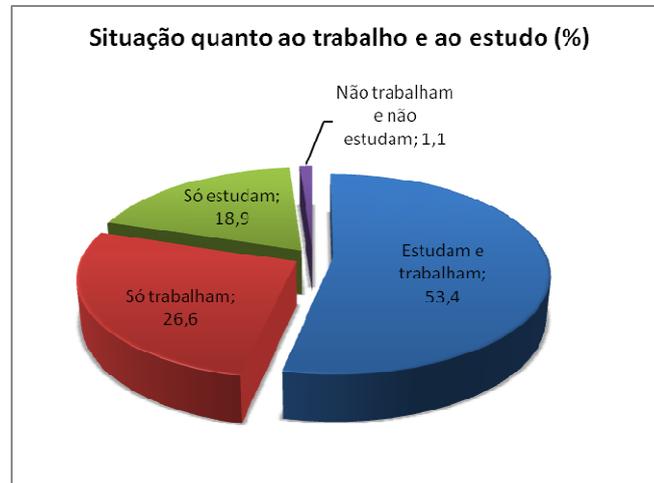
Tabela 3 - Grau de escolaridade dos respondentes

	% válido
Válidas	
Nunca estudou	,2
Ensino fundamental incompleto ou cursando	,9
Ensino fundamental completo	3,3
Ensino médio incompleto ou cursando	8,6
Ensino médio completo	27,2
Superior incompleto ou cursando	28,1
Superior completo	20,8
Pós-graduação lato-senso completa ou cursando	8,1
Mestrado completo ou cursando	2,2
Doutorado completo ou cursando	,6
Total	100,0

Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

A maioria dos delegados (53,4%) trabalha e estuda. Especificamente, totalizam 80% os que trabalham e 72,3% os que estudam. Os que apenas trabalham representam 26,3% e 18,9% somente estudam. Não exercem nenhuma das duas atividades apenas 1,1%. Estas tendências se mantêm, sem variações muito expressivas, mesmo quando se considera o total de participantes da conferência (delegados e não delegados).

Gráfico 10



Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

A partir dos dados coletados, constatou-se que a maioria dos delegados (56,9%) nunca ocupou cargo na gestão pública ligado à juventude ou em conselho de juventude, contra 43,1% que se inserem nesse campo através de atuações diretas junto ao poder público. Suas formas de inserção se deram, preponderantemente, a partir de ações, organizações e movimentos oriundos da sociedade civil.

Quais os tipos de organização, redes, fóruns dos quais você participa ou já participou e não participa mais?

A pergunta anterior aborda um dos aspectos mais caros à pesquisa com os delegados, pois lança luz sobre seu perfil político e institucional, suas articulações e inserções no campo das políticas públicas e ações da sociedade civil no tocante às questões da juventude. Solicitou-se ainda que tais sujeitos diferenciasssem os tipos de participação numa dimensão temporal, ou seja, passada e presente.

De imediato, cabe apontar que a maioria esmagadora dos delegados é de ativistas, visto que 97,7% afirmaram já ter participado ou participar atualmente de, pelo menos, algum dos grupos apresentados. A fim de melhor sistematizar os resultados específicos a serem aqui apresentados, estes estão organizados por tópicos e em ordem decrescente.

- Mais da metade dos delegados já integrou ou integra atualmente algum partido político (51,0%). Note-se que dentre os que responderam afirmativamente, a maioria tem participação atual (46,8%).
- No que se refere à participação em movimentos estudantis, a maior parte dos delegados nunca integrou esses coletivos. Em todos os níveis de mobilização estudantil oferecidos, temos que, mesmo somados, os percentuais dos que participam e os dos que participaram e não participam mais nunca ultrapassam a metade do total de respondentes. A participação maior, atual ou pregressa, nesses movimentos se dá em grêmios escolares (44,2%), seguida daquela em movimentos estudantis universitários (30,9%) e secundaristas (23,7%).
- As ONGs e projetos sociais constituem o grupo com a terceira maior frequência de participação atual ou anterior (33,2%). Interessante notar que a grande maioria participa ainda hoje de tais movimentos (29,6%).
- Quanto à sua atuação em sindicatos ou associações de bairro e comunitárias, os delegados que participam ou já participaram, somados, perfazem 30,6%.
- A participação em grupos religiosos de ação social revela uma inserção de exatos 29,6%.
- Os grupos de ação social ligados ao meio ambiente são os que apresentam, entre todos os oferecidos, o menor índice global de participação, visto que somente 16,5% dos delegados deles participam ou já participaram.

Ao serem convidados a apontar os três principais problemas do Brasil na atualidade, num rol de 21 opções, a qualidade da educação brasileira foi a mais frequente, configurando-se na maior das preocupações para os jovens pesquisados (46%). A corrupção aparece como o segundo maior problema (42,0%) e a violência o terceiro (35,7%). Após estes de maior destaque, aparecem a fome (30,8%) e as desigualdades sociais (28,8%). A pobreza, a qualidade da saúde e o racismo sobrepõem-se a questões como a destruição do meio ambiente, o desemprego e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Vale a pena notar que essas mesmas tendências se mantêm, com pouca variação percentual, ainda que se considere o total de respondentes da pesquisa, somando-se aos delegados os demais participantes da Conferência.

Gráfico 11

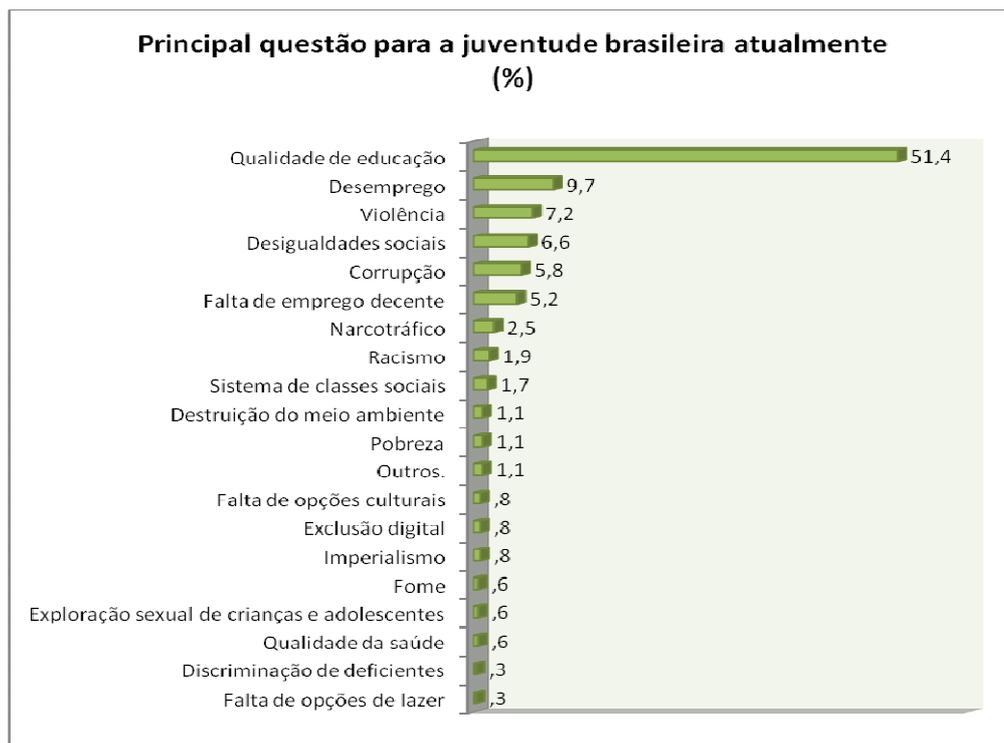


Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

Quando inquiridos sobre qual seria, específica e unicamente, a maior questão hoje para a juventude brasileira, com base no mesmo leque de 21 opções oferecido na pergunta anterior, os delegados elegeram, mais uma vez, a qualidade da educação (51,4%). O que chama a atenção neste item, primeiramente, é a disparidade manifesta entre a frequência desta opção em relação às demais, já que o desemprego, a segunda opção mais assinalada, computou apenas 9,7%, ao passo que a violência, a terceira colocada,

totalizou 7,2%. Tais tendências também se mantêm com uma variação mínima quando se incorpora à análise as respostas fornecidas pelos participantes não delegados. Visível também é a mudança no rol de prioridades eleito nesta questão em relação à anterior, quando se observam algumas alternâncias de posição, quando o ponto de referência é a própria juventude.

Gráfico 12

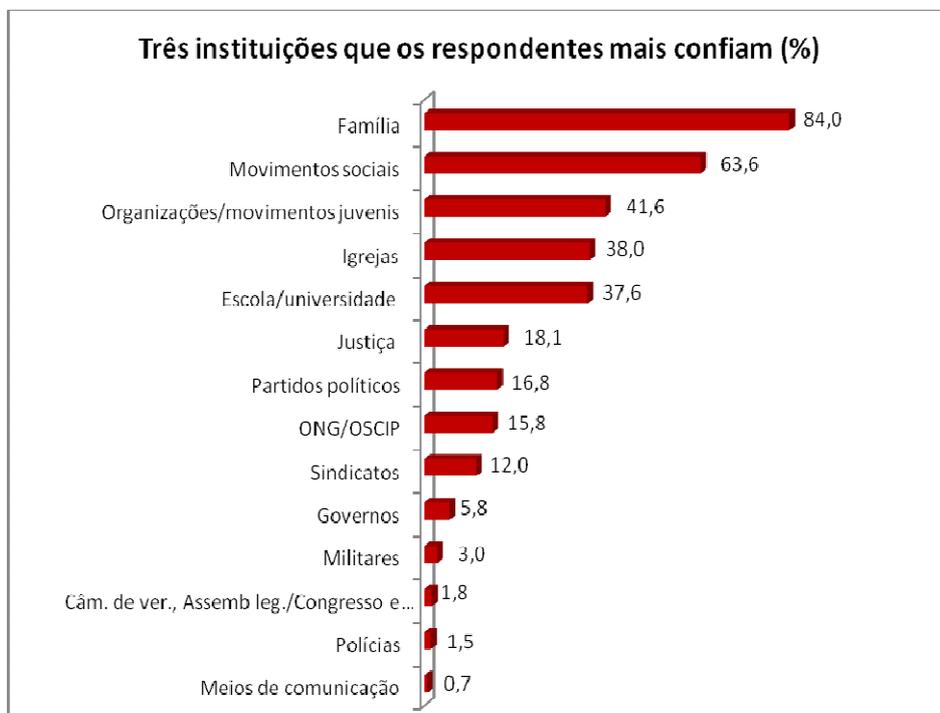


Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

Seguindo uma tendência já revelada por ocasião da 1ª CNPPJ, bem como por diversas pesquisas realizadas com os jovens, ao serem convidados a indicar as três instituições/entidades em que mais confiam, a maioria dos delegados (84,0%) elegeu a família, seguida pelos movimentos sociais (63,6%) e pelas organizações/movimentos juvenis (41,6%). Note-se que a escola vem tão-somente na 5ª posição (37,6%), atrás, portanto, da igreja (38,0%), mas à frente da justiça (18,1%) e dos partidos políticos (16,8%), que, como vimos anteriormente, constituem o maior espaço de participação atual ou anterior dos entrevistados. Também seguindo uma tendência já manifesta na 1ª CNPPJ, a câmara de vereadores, a assembleia legislativa/congresso e o senado receberam poucos votos de confiança (1,8%), somente à frente das polícias (1,5%) e dos meios de comunicação (0,7%). Vale destacar, a propósito, que o menor percentual

atribuído à mídia parece ser um diferencial deste grupo de ativistas em relação ao verificado em pesquisas com outros grupamentos juvenis, uma vez que vários estudos indicam a recorrência da televisão como o meio de lazer mais utilizado.

Gráfico 13



Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

Convidados a escolher, em questão aberta, o tema mais interessante de debate na Conferência, após a categorização de todas as respostas obtidas, e conforme fica visível no gráfico seguinte, a educação aparece como aquele que mais desperta interesse entre os delegados, totalizando 26,5% das respostas agrupadas. É seguido por assuntos do eixo do direito à participação e desenvolvimento integral, eleito o segundo mais interessante (22,7%). Aspectos ligados ao direito ao desenvolvimento integral (que também envolve uma dimensão educacional) ocupam o 3º lugar na escala de interesses juvenis (11,3%), seguido das questões do direito ao território (9,4%). Vale assinalar que a categoria “outros” teve uma representação percentual maior (8,4%) do que as dos eixos direito à diversidade e à vida segura (7,4%), direito à experimentação e qualidade de vida (6,3%) e conquista e efetivação de direitos (6,3%), por envolver uma série de respostas cujo agrupamento foi imperativo.

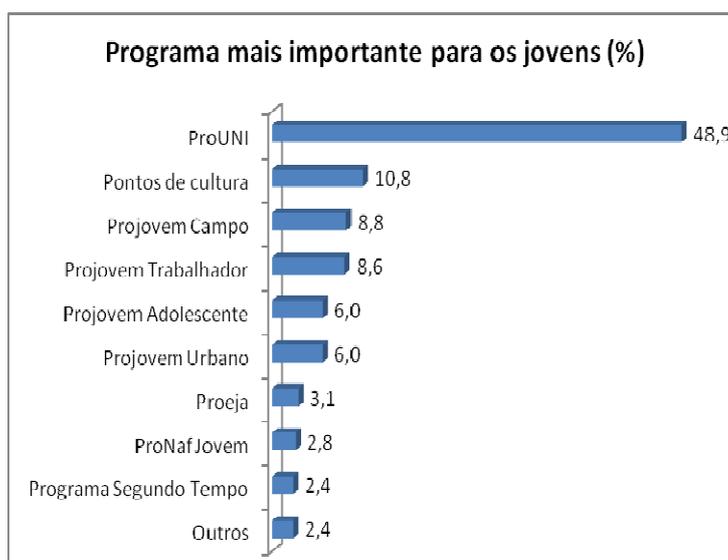
Gráfico 14



Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

Ao serem convidados a destacar, em uma lista de programas oferecidos pelo governo federal, qual seria o mais importante para os jovens, mais uma vez aqueles cujo *locus* é a escola tiveram a maioria das indicações. Conforme demonstra o gráfico seguinte, o mais valorizado (48,9%), com uma diferença bastante expressiva em relação aos demais, foi o ProUNI. Em segundo lugar, e com percentual bem abaixo, foi indicado o programa Pontos de Cultura (10,8%), seguido do Projovem Campo (8,8%) e do Projovem Trabalhador (8,6%). O programa Segundo Tempo foi o menos indicado como importante para a juventude (2,4%).

Gráfico 15



Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

Do mesmo modo, ao serem chamados para apontar, em outra questão aberta, quais os três tipos de direitos mais urgentes, e que deveriam ser considerados prioritários pelas políticas públicas de juventude, o delegados elegeram, com destaque, a área da educação como o direito mais importante, com 85,7% das indicações, seguido pelo direito ao trabalho (46,5%), à participação (40,5%) e à saúde (23,4%).

Tabela 4 - Direitos a serem priorizados nas Políticas Públicas de Juventude

	% válido
Válidas	
Direito à educação	85,7
Direito ao trabalho	46,5
Direito à participação	40,5
Direito à saúde	23,4
Direito ao transporte público gratuito	17,3
Direito à segurança	17,3
Direito à cultura	15,9
Direito ao esporte e lazer	12,0
Direito à comunicação	6,9
Direitos ambientais	4,9
Direitos sexuais e reprodutivos	4,5
Outro	1,8
Total de respondentes	100,0

Fonte: Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª CNPPJ, 2012.

Fechando este ciclo de questões, vale mais uma vez ressaltar a inquestionável importância atribuída pelos jovens delegados aos temas/propostas relacionados à área da educação. Percebe-se claramente que, em todos os casos em que tal tema surgiu, tanto entre as opções oferecidas quanto entre as de livre expressão dos respondentes, sua valoração sempre foi maior do que aquelas atribuídas aos demais. Por outro lado, as questões de cunho ambiental parecem ainda não mobilizar significativamente os jovens, sobretudo quando confrontadas com os demais temas tratados ou debatidos.

4. Algumas observações preliminares, a título de conclusão

Diante das informações aqui apresentadas e considerando tanto a magnitude da Conferência em pauta – cujo alcance, no que tange à mobilização e à participação juvenis, mostrou-se de amplo e profundo espectro – quanto a significativa amostra de respondentes envolvida no processo de pesquisa, podemos afirmar que dispomos de elementos suficientes para traçar um perfil sólido de importante parcela da juventude. Estamos nos referindo àquele estrato juvenil representado por seus jovens delegados, que têm na participação política, em suas várias esferas, uma importante dimensão de

suas vidas, comprometendo-se com causas e projetos para muito além de seus interesses individuais, e que, através de sua atuação, deram feição e orientaram os rumos das proposições emanadas pela 2ª CNPPJ.

Oriundos das mais variadas regiões e lugares do país, geralmente de classe média baixa e de cor/raça negra, a despeito da série de atributos negativos comumente relacionados à juventude, eles representam a antítese do senso comum impregnado em nossa sociedade adultocrata, que teima em atribuir aos jovens, em geral, a pecha de alienados e não atuantes, por não compreender ou intencionalmente ignorar as (muitas vezes) diferentes e inovadoras formas de ser e estar no mundo por eles vivenciadas.

Conhecer esses sujeitos torna-se, portanto, estratégia fundamental para a construção de novas estratégias capazes de pluralizar e democratizar, de fato, as práticas observadas no interior do corpo social brasileiro – o qual, no que pesem os importantes avanços verificados nos últimos anos, muito ainda tem que avançar no caminho pela busca da equidade –, visto que são lideranças representantes e ativas de setores/instituições organizados, nos quais, ao que parece e a própria filiação desses jovens reafirma, as juventudes têm voz e vez.

Apesar de todos os obstáculos impostos, também não se pode negar que novas estratégias de participação juvenil vêm sendo construídas, possibilitando pactos sociais inovadores, capazes de fazer frente aos processos de desigualdade. Entretanto, uma série de dificuldades ainda é enfrentada na tentativa de expandir e institucionalizar espaços de debate público da juventude: conselhos, conferências e fóruns. Além do mais, muitas políticas de juventude precisam garantir maior transversalidade, continuidade e escala para terem impactos reais sobre a vulnerabilidade juvenil no país.

Mediando tais políticas e processos, a educação é, como aqui demonstrado, uma das peças-chave para as juventudes na proposição, consecução e consolidação de uma arquitetura social mais incluyente e justa, na qual, para muito além da condição de meros espectadores, tais sujeitos possam assumir, de fato, sua respectiva cota de responsabilidade pela condução de seu destino.

5. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam et al. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.

MARGULIS, Mario; URRESTI, M. La Juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (Editor). La Juventud es más que una palabra. Buenos Aires: Biblos, 1996, p. 13-30.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Izabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda. Culturas Jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 105-120.

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena. Experiências e Lutas dos Trabalhadores na Grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa I: A Árvore da Liberdade. 4 ed. [Tradução de Denise Bottmann]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

UNIRIO/SNJ - Relatório analítico-descritivo do perfil dos participantes da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas Para a Juventude (CNPPJ). Elaboração: Luiz Carlos de Souza. Rio de Janeiro, 2012 (mimeo).